



Assembleia de Freguesia de Oia

Quadriénio 2013-2017

ATA NÚMERO VINTE

Aos catorze dias do mês de Setembro de dois mil e dezassete, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia da Freguesia de Oia, nos termos do Regimento em vigor, para a realização de uma reunião, conforme convocatória oportunamente enviada. -----

O Presidente da mesa declarou aberta a sessão, e depois de cumprimentar os membros da assembleia, do executivo e o público presente, agradecendo a presença de todos, manifestou regozijo pela presença massiva de público naquela Assembleia que, não sendo habitual, disse teria sido importante igual presença em todas as sessões do mandato que estava a chegar ao fim, e não apenas porque se estavam a aproximar eleições, apelando à continuidade da sua presença.

De seguida verificou a existência de quórum, informando a substituição do membro Srº Mário Oliveira, que era ali substituído pelo Srº Bruno Seabra. O Srº Presidente da mesa referiu que a ausência lhe foi previamente comunicada e justificada e que o elemento substituído foi formalmente convocado. Mais informou que não lhe foram trazidos quaisquer assuntos dirigidos àquela assembleia. -----

Dando início à ordem de trabalhos, o Srº Presidente da Mesa colocou em apreciação os pontos relativos ao período de antes da ordem do dia, começando pelo ponto nº1, alusivo à leitura e aprovação da ata da reunião de 23 de Junho de 2017, dado que a reunião posteriormente realizada, em 14 de Julho foi de cariz extraordinário. Tendo a ata sido colocada a discussão e não havendo intervenções, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores Alexandre Oliveira, Sérgio Lopes e Dária Marques, por não terem estado presentes na reunião em relato. -----

Passou-se depois ao ponto número dois de antes da ordem do dia, relativo à leitura e aprovação da ata da Sessão Extraordinária de 14 de Julho de 2017. Tendo a ata sido colocada a discussão e não havendo intervenções, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria,

com as abstenções dos senhores Alexandre Oliveira e Sérgio Lopes, por não terem estado presentes na reunião em relato. -----

O Sr. Presidente da Assembleia deu depois início ao ponto nº3 de antes da ordem do dia, referente à atividade da Junta de Freguesia no período de 14-06-2017 a 06-09-2017, tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para a sua apresentação. O Sr. Presidente do Executivo, depois de cumprimentar todos os presentes, dirigindo-se em particular ao público, disse sentir-se feliz por uma tão grande presença de fregueses naquela assembleia, que muito gostaria tivesse acontecido sempre, desejando também fosse continuada, dado ser seu entendimento que aquele é o sítio certo onde devem ser discutidas e colocadas as questões de interesse público para a freguesia e para os fregueses. Sobre o relatório apresentado, o Sr. Presidente da Junta disse que o mesmo, entregue em tempo aos Srs. membros da assembleia, era autoexplicativo e correspondia aos aspetos mais importantes desenvolvidos pela Junta de Freguesia naquele período, pelo ficou disponível para responder a questões que os Srs. membros da assembleia pretendessem colocar-lhe. -----

O Sr. Presidente da Mesa passou a palavra à assembleia, para que pudesse intervir, tendo o Sr. Sérgio Lopes solicitado a palavra. -----

O Sr. Sérgio Lopes, depois de cumprimentar todos os presentes, disse pretender colocar algumas questões relacionadas com a atividade da Junta, mas que naquele momento iria apenas colocar uma questão concreta, da qual esperaria resposta do Sr. Presidente da Junta antes de avançar com as restantes. Questionou assim o Sr. Presidente da Junta sobre a venda do terreno do campo de futebol da Silveira à Câmara Municipal, dizendo ser conhecedor que o negócio se operou por cerca de 21 mil euros, indagando o porquê daquele valor e não outro. -----

O Sr. Rui Barroco também pretendeu participar, e depois de cumprimentar os presentes disse, em jeito de balanço, que quer o relatório apresentado quer a atividade da Junta de Freguesia ao longo da legislatura se centraram mais em processos de gestão e manutenção diárias e menos em novas obras, referindo mesmo que houve uma falta de realização de várias obras que foram naquela sede apresentadas, e que ele votou favoravelmente, mas que não viu concretizadas. Disse também ter verificado que o diálogo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia não estava a produzir efeitos, porquanto continuava a ver sujidade nos espaços públicos, cada vez mais abandonados, havendo mesmo animais mortos e ratos junto aos caixotes do lixo. Disse ainda verificar um desleixo absoluto no parque da Seara. Disse também ter tido conhecimento da existência de salas propriedade da Junta disponibilizadas para formação, tendo sido várias vezes contactado por jovens e mesmo por mais idosos que não sabiam, e a seu ver deviam saber, dessa realidade. -----

Também o Sr. Amílcar Pereira pretendeu participar e, depois de cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que tal como o Sr. Presidente da Junta, seu amigo e

peessoa que muito preza, tinha iniciado a sua primeira intervenção no principio do mandato anterior, enquanto membro da Assembleia, dirigindo-se ao Executivo da altura, também ele entendia que a documentação agora distribuída tinha “muita palha”, concordando com o primeiro e dizendo que os elementos da Assembleia não são burros. Acrescentou que para além de “muita palha”, os documentos de agora tinham muito mais erros e incongruências que os anteriores. Mas colocando de parte essas questões, disse, até porque estávamos na última assembleia do mandato, tendo chegado ali todos amigos e respeitadores, muito preferiria estar ali a tecer elogios pelo trabalho realizado e não a referir-se às obras prometidas que não foram cumpridas, e que tinha tido a esperança que pudesse ter sido feito mais, presentes as promessas, muito embora convicto, quando prometidas, que algumas não seriam realizadas. Mais disse ter pena que a Junta, mas também a Câmara Municipal, se tenham quedado por tão poucas obras, algumas delas realizadas já à pressa, tão à pressa, disse, que o Sr. Presidente da Junta constatou também erros e falhas graves, referindo-se em concreto à obra de requalificação da Rua de Sto. António. Tais falhas apenas foram verificadas e designadas em reunião com a população, a que não pode estar presente porquanto foi marcada pela Câmara Municipal em cima do momento e até de forma atrapalhada. Só assim se conseguiram resolver algumas, caso contrário tudo seria bem pior, afirmou. Disse ainda ter guardado para si durante todo o mandato algumas mágoas, que agora e ali expressava, achando terem havido muitas falhas na execução de promessas, apontando como uma delas a falta de requalificação do espaço frente à Junta de Freguesia, certo que não teria de ser a Junta a fazê-lo, pois sabia não ter capacidade para isso, mas que caberia à Junta fazer mais esforços para que tal se tivesse concretizado. Disse ainda e na sua perspectiva que nos últimos anos, Oiã e a Freguesia não tiveram qualquer intervenção profunda, excepcionando-se o edifício onde se encontram. De resto, afirmou, só se fizeram obras de fachada. Acreditou que muito mais pudesse ter sido feito, até atendendo à qualidade dos atuais executivos, mas verificou não ter havido diferença de outros seus antecessores, tudo continuando na mesma, com os executivos a fazerem uma mera gestão de situações e de verbas a seu cargo. Referiu-se ainda à questão da segurança, um dos maiores problemas da Freguesia, nomeadamente no lugar de Oiã e lugares vizinhos, de onde há cada vez mais pessoas a sair. Dirigiu-se ainda a algumas pessoas ali presentes, candidatos às próximas eleições, rogando-lhes que colocassem a questão da segurança como ponto principal da sua agenda. Disse saber que não será a Junta a resolver o problema, como também não será a Câmara, mas que essas instituições em conjunto com as forças de segurança devem encontrar uma solução para tranquilidade das nossas terras e gentes, evitando assim, quem sabe, que a população, cansada, tome a pulso o problema e o resolva de forma indesejável, transformando a região num faroeste. Há já muita gente cansada, a sofrer na pele, e na carteira, as demandas de um conjunto de pessoas, páreas da sociedade, disse ainda, continuando a dizer que não se referia concretamente

a uma etnia, mas sim a todos os ladrões. Terminou dirigindo-se ao Sr. Presidente da Junta dizendo-lhe que preferiria ter terminado o mandato com diferente intervenção. -----

O Sr. Presidente da Mesa voltou a convocar a Assembleia para mais participações, e não se tendo verificado novas intenções aproveitou para lembrar que muito embora o espaço pudesse ser aquele, as questões que ali estavam a ser colocadas tinham, na sua maioria, destinatários que ali não se encontravam, nomeadamente representantes da Câmara Municipal. Nesse contexto mais lembrou que os Srs. membros daquela Assembleia de Freguesia, em conjunto com o Executivo da Junta, tiveram uma reunião com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Dr. Manuel Nunes, restantes elementos da mesa daquela Assembleia e representantes das diferentes bancadas políticas ali com assento, onde todas as questões ali agora colocadas o foram também nessa reunião, diretamente, esperando-se tivessem tido eco e efeito onde era devido. Em seguida o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que pudesse, pretendendo, responder às questões colocadas. -----

O Sr. Presidente do Executivo começou por responder à primeira pergunta, colocada pelo Sr. Sérgio Lopes, relacionada com a venda do terreno da Silveira. Começou por enquadrar a situação dizendo que pela proposta nº15 de agosto de 2008, o Executivo da altura na Junta de Freguesia levou à Assembleia de Freguesia de Oiã uma proposta de venda daquele terreno à Câmara Municipal para a construção, por aquela, debaixo de um projeto financiado que exigia a posse do terreno, de um campo de futebol de sete e por um valor de cerca de 43 mil euros. Disse ter essa documentação e recordar-se, por ter sido à altura membro da Assembleia, desse facto. Muito surpreendido ficou e demonstrou, entretanto, quando no processo de transação do espaço que a Junta ocupa naquele edifício para sua propriedade, na qual se inseriu a situação do campo de futebol, o Sr. Presidente da Câmara Municipal lhe disse que o valor que faltava pagar era apenas os cerca de 21.300€ e não os 43.000€ que ~~saía~~ ser o valor do negócio. Em resposta disse, o Sr. Presidente da Câmara afirmou-lhe ter pago já uma primeira tranche desse valor, correspondente a cerca de metade. Disse ter nessa altura questionado o Sr. Dinis Bartolomeu, que lhe assegurou que o negócio estava em aberto e que nunca recebeu nenhum valor. Não conseguindo demonstrar diferentemente, nem se tendo conseguido encontrar documentação na Junta de Freguesia que sustentasse diferente posição, observou a posição do Sr. Presidente da Câmara e aceitou o valor que lhe foi por ele indicado, fazendo fé no que lhe foi transmitido, disse ainda. Terminou o assunto referindo que na mesma altura em que se fez a escritura de transferência da posse de espaço da Junta, se fez igualmente a escritura de venda do campo de futebol da Silveira. Continuou as suas respostas dirigindo-se em particular ao Sr. Rui Barroco, mas também a outros elementos que fizeram iguais referências, questionando-o sobre as suas próprias questões, quando referiu que a Junta não fez as obras que prometeu, para além da piscina Biológica da Seara, pela qual já se penitenciou e explicou claramente as razões da

impossibilidade, quer naquela sede quer junto da população da Silveira. Disse muito ter lutado pela obra, e continuar a lutar, estando mesmo a preparar, aconselhado por empresa especializada, uma candidatura a potenciais fundos. Disse ainda sobre o assunto ter tido várias reuniões, com o Sr. Presidente da Câmara, com o Sr. Vice-Presidente da Câmara, com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, com técnicos da Universidade de Aveiro e com o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, com quem se deslocou a Coimbra, à Agência Portuguesa do Ambiente, reunindo também ali algumas vezes com técnicos daquele Ministério, à procura de soluções ajustadas ao local. Nem sempre se consegue o que se quer ou o que se pensa, disse também, mas temos de ficar de consciência tranquila relativamente ao assunto, e eu estou, pois fiz o melhor que pude, rematou ainda. De novo dirigindo-se ao Sr. Rui Barroco questionou-o sobre, para além da piscina da Seara, quais as obras que prometeu e não realizou. Já relativamente à questão dos lixos disse fazer sempre as comunicações necessárias, quando verificadas anomalias, à Câmara Municipal, mas que também sabia que as coisas não estavam a correr bem, quer na questão da limpeza dos caixotes do lixo quer na própria recolha. Não deixou nunca de comunicar as situações, insistiu, mas também sempre teve presente as diferentes responsabilidades, que lhe foram também referidas pelo próprio Sr. Presidente da Câmara numa das primeiras reuniões com os Srs. Presidentes de Junta, em que o mesmo disse que as competências da Câmara e do seu Presidente eram dele, cabendo aos Srs. Presidentes de Junta e às suas Juntas as suas, as quais nunca se deveriam misturar. Independentemente disso, afirmou, naquilo que entendeu poder fazer a bem da população, mesmo cumprindo com obrigações que seriam da Câmara, o fez, apontando como exemplo as tubagens e encaminhamentos de águas pluviais em Malhapão, das Belas-Artes para o Rêgo, na Rua 25 de Abril, entre outras, todas do conhecimento daquela Assembleia. Sobre o referido desleixo no Parque da Seara disse, lembrando, que o Parque da Seara é comum às Freguesias de Oiã e de Oliveira do Bairro, ficando a cargo de Oiã os primeiros 6 meses de cada ano, e os restantes 6 a cargo de Oliveira do Bairro. Disse aceitar que nem sempre, e no tempo que compete à sua gestão, a Junta de Oiã conseguiu manter o Parque bem cuidado como desejável, mas o que não pode é aceitar ser, como é, a Junta de Freguesia de Oiã culpabilizada por tudo a todo o tempo. Ainda no tempo que lhe corresponde, continuou, tem consciência que poderia ter feito diferente, mas que enquanto na expectativa de poder avançar com as obras da Piscina sempre se decidiu por esperar, para evitar gastar dinheiro desnecessariamente. Sobre a cedência das salas da Junta esclareceu que as salas em causa são a da própria Assembleia e salas adjacentes. Disse que foram contactados por quem pretendia oferecer os cursos e que esses cursos foram anunciados pelos próprios organizadores, nos quais se poderia inscrever quem pretendesse, não sendo da responsabilidade da Junta de Freguesia proceder a essa tarefa. Em resposta ao Sr. Amílcar Pereira disse, quanto aos relatórios, que pretendeu manter, embora com pequenas alterações, o que vinha já sendo

feito de trás. Sobre a expectativa apresentada disse que também ele gostaria de ter feito muito mais, no entanto, com o orçamento disponível da Junta, bem conhecido daquela Assembleia, em torno dos 230 mil Euros, tal era impossível. Se a tal orçamento se retirar os custos com pessoal, em torno dos 35%, disse, sendo apenas esse valor porque ele próprio não recebe, como é consabido; se se retirar os custos com consumíveis e equipamentos, bem como os custos com os consumos de água e eletricidade de todos os contadores à responsabilidade da Junta, sobrarão apenas em torno dos 80 mil euros/ano para obras, manutenções e outras realizações. O que é possível fazer com este valor, questionou ainda. Disse, a título de exemplo, que para limpar a calçada do Largo do Silveiro, preparando-a para a festa, como faz em todo o lado, se gastou um rolo de fio para as máquinas de corte, que custou mais de 40 euros. Tendo a Freguesia 10 largos iguais, verifique-se quanto custa, apenas o fio e para uma única limpeza de tais largos, afirmou. Adicionem-se os restantes custos e veja-se onde fica o valor final, disse também. Mais informou que a Junta foi proibida de usar fitofármacos desde Junho, pela Câmara Municipal. Sobre a requalificação da Rua de Sto. António afirmou ser assunto da competência da Câmara Municipal, para esclarecer possíveis mal entendidos, muito embora tenha, em defesa do povo e da Freguesia de Oiã, como é consabido e até reconhecido, intervindo no assunto, entre a Câmara e a população, procurando que fosse atingido o melhor resultado e o bem geral, disso julgando ninguém ter dúvidas. Sobre o espaço frente à Junta disse compreender as referências apontadas, mas também dizendo que preferiria ter ouvido falar da ligação entre a Junta e a Praça do Cruzeiro, e aí sim, que se procurasse a perfeita integração daquele espaço frente à Junta e todo o restante trabalho, dando-lhe consistência. Disse esperar que ainda no mandato em curso fossem iniciadas algumas intervenções em todo aquele perímetro, nas quais a Junta não consegue participar mais porquanto o seu orçamento é diminuto. Disse também ter várias ideias para o espaço frente à Junta, tendo mesmo já falado a algumas pessoas sobre o assunto, destacando ali a hipótese de se construir um espaço para crianças onde, por entre outras brincadeiras, possam ser realizadas festas de aniversário, até porque se percebe essa necessidade na Freguesia, ainda que nalguns casos se possa cobrar algum valor, atentos os custos com limpeza e manutenção. Continuando ainda em resposta ao Sr. Amílcar Pereira, e sobre as obras de fachada, disse que era assunto que seguramente não lhe respeitava porquanto para além de não ser da sua índole, o seu executivo não realizou nenhuma. Apenas realizou as necessárias, declarou ainda, muito pretendo fazer mais se lhe fosse possível, embora não compreendendo como se pode afirmar uma coisa e o seu contrário a respeito da sua atuação, porquanto o que as pessoas parecem queixar-se é de que fez pouco. Em qualquer caso afirmou perceber o que era dito, pois percebe bem que as pessoas de uma localidade não saibam, nem queiram mesmo saber, das obras que a Junta faz na outra, e vice-versa. Só querem saber do que é feito na sua terra, e aí parece-lhes sempre pouco, rematou. Desafiou, no entanto, a Assembleia, e os fregueses, a irem visitar toda a

Freguesia, verificando “in loco” o que realmente foi feito, terra a terra, certificando à priori que aquela onde foi feito menos foi na Silveira, pois era para lá que estava, e está, pensado o maior investimento, ainda não conseguido. Sobre a questão dos dinheiros públicos disse geri-los muito bem, pois com o diminuto orçamento da Junta só se consegue fazer o que fizeram, ele e o restante Executivo, bem gerindo, e apontou outro exemplo, no caso no Silveiro, na Rua Vale Portal, também competência da Câmara, onde aquela edilidade arranhou os canelotes duma rigueira foreira, mas deixando ali uma rampa, com cerca de dois metros, a derrear e partindo o passeio e o próprio alcatrão da estrada, no qual a Junta, com materiais cedidos pela Câmara, teve de intervir, construindo um muro de suporte. Terminou com a questão da segurança, dizendo ser do conhecimento de todos a sua preocupação, bem como as suas variadas intervenções quer na Câmara, no Conselho Municipal de Segurança, quer junto das forças de autoridade. Disse ter sido uma luta difícil e até inglória. Disse também que o guarda noturno ao serviço, também suportado pela própria Junta, estava longe de ser suficiente para suportar a necessária diferença de forças, sabendo que o mesmo, talvez por ser único, é muitas vezes enganado. Percebendo ser assunto difícil disse ainda ter já apresentado várias ideias, quer internamente, a nível municipal, quer junto das autoridades que, ou não são implementadas ou lhe é dito serem impossíveis de concretizar, acabando por se sentir, por vezes, sem soluções. ----

O Sr. Presidente da Assembleia disse que iria de novo passar a palavra à Assembleia, extraordinariamente, mas fez um ponto de ordem lembrando a todos que se estava naquele momento a tratar de um ponto relativo à atividade da Junta de Freguesia no período referido. ---

Em sequência o Sr. Sérgio Lopes pediu a palavra para, sobre a atividade referida, questionar sobre as plataformas que andam a ser construídas para suporte e encaixe dos caixotes do lixo, parecendo-lhe que estão mal erguidas, devendo ser retificadas, pois a inclinação do patamar está, como no caso daquela que o serve, virada para a via pública, ao invés de ser para dentro, e nessas circunstâncias os caixotes resvalam para a estrada. Ainda relativamente à atividade o Sr. Sérgio Lopes disse ter visto no relatório que a junta esteve junto aos Bombeiros sempre que solicitada. Disse ter diferente entendimento daquele, que entende que a Junta deve estar sempre onde existe um fogo na sua área de jurisdição, e não apenas quando solicitada. Disse que tendo Oiã sido fustigada por vários incêndios, nomeadamente na zona circundante às bombas de gasolina da Galp, por detrás da sua casa, onde já contabilizou 12 acendimentos nos últimos tempos, nunca ali viu nenhum elemento da Junta, nem mesmo da Câmara Municipal. Colocou ainda uma questão sobre o multibanco, que em sequência do fecho da agência do Millenium em Oiã, em final de Julho, foi retirado a Oiã, ficando a Vila apenas com um que, sistematicamente está com enormes filas. Como não viu qualquer referência ao assunto no documento da atividade, disse presumir que a Junta não terá feito qualquer diligência a respeito desse assunto, parecendo-lhe que, tendo chegado em tempos a falar com alguém do Millenium, seria possível

que o Banco deixasse ali as caixas multibanco. Disse achar que nem a Câmara nem a Junta conseguiriam demover o Banco de sair, mas, disse ainda, as caixas tinham de ficar, até porque a loja é do próprio Banco, não é de renda, como aliás sabe aconteceu em Fermentelos. Mais continuou questionando o executivo, em jeito de balanço de mandato, sobre qual o custo efetivo dos “jogos sem fronteiras”, qual o valor despendido pela Junta em bolsas de estudo aos jovens da Freguesia, quantas pessoas usufruíram dos 10% de desconto nos medicamentos, qual foi o custo da “Festa da Flor” e qual foi o custo total do aniversário da elevação de Oiã a Vila. Sobre o terreno da Silveira o Sr. Sérgio Lopes disse lamentar ter ouvido o que ouviu, embora fazendo fé nas palavras do Sr. Presidente da Junta, não tendo porque duvidar do que ele disse, mas reiterando o que se passou em 2008 relativamente a essa situação, dizendo que o terreno tinha cerca de 3.500 metros quadrados e que foi vendido pelo preço de 12,5€ o metro quadrado, dando um valor total em torno dos 44 mil euros. Afirmou que nunca Câmara Municipal entregou qualquer valor para o Centro Cívico por conta desse negócio e que se o Sr. Presidente da Câmara disse ao Sr. Presidente da Junta o que ele ali transmitiu, então o Sr. Presidente da Câmara estava a mentir. Continuou dizendo que se alguma vez o valor tivesse sido recebido, nunca o executivo a que pertenceu o usaria numa obra que não fosse na Silveira, e nesse sentido apresentou uma proposta ao Sr. Presidente da Mesa pela qual a bancada do PSD propôs, em suma, que fosse naquela Assembleia incluída na ordem de trabalhos, para sujeitar a análise e votação, uma deliberação em que, independentemente do valor da venda, função da discussão em curso, o montante assim arrecadado deveria ser integralmente aplicado na Silveira, e que tal deliberação deveria obrigar também os próximos executivos.-----

Em resposta o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia disse que a proposta não estava em conformidade, estando mesmo mal dirigida, e que presente o momento eleitoral próximo, caberia a outro elenco e executivo a decisão sobre a forma como deveria ser aplicado tal valor, referenciando a diferença entre poder executivo e poder deliberativo. Terminou não dando provimento ao solicitado. Em continuidade o Sr. Presidente da Mesa retornou a palavra à Assembleia, tendo o Sr. Amílcar Pereira solicitado intervenção para dizer que as suas chamadas de atenção sobre a forma como estava redigido o documento da atividade apenas foram feitas porque encontrou ali frases que não fazem o mínimo sentido. Disse ainda que no essencial e no que toca à requalificação da Rua de Stº António, bem sabendo e reconhecendo as intervenções do Sr. Presidente da Junta, o que o preocupava era saber que o projeto inicialmente aprovado pela Câmara, no qual nem constavam passeios na maior parte do arruamento, sobretudo do lado Norte, e que tantos meses, mesmo anos, demorou a ser feito, era mau, e não fossem as posições assumidas pela população, que obrigou a várias alterações, ter-se-ia ali gasto, mal gasto, muito dinheiro dos nossos impostos, apontando tal como mais um exemplo de má gestão da coisa pública. Isso revoltava-o, disse ainda, e continuando sobre o projeto de ligação da Praça do

Cruzeiro ao edifício da Junta afirmou ter receio que a Junta pudesse seguir igual caminho, não ouvindo a população e permitindo que ali se criasse outro “elefante branco”, como é o parque de estacionamento da Praça do Cruzeiro. Disse saber que a maior responsabilidade não é da Junta, mas que deixa ali o alerta para que sejam por esta defendidos os interesses das populações, ouvindo-as. Sobre a segurança disse que repetiria ali o que já disse em reuniões de Câmara, afirmando que quando não se sabe se deve procurar quem sabe, dizendo haver no distrito, bem como noutras partes do país, situações semelhantes que já foram resolvidas. Afirmou nada ter contra os ciganos, tanto mais que até mantém com alguns deles relações de parentesco, de quem é padrinho, mas não consegue aceitar que qualquer outro popular até para fazer um barraco para guardar galinhas tem de ter licença, que para poder comer todos tem de trabalhar, e aquele grupo não faz nada disso e toda a gente permite, e até lhe facilita, tudo. Nada o move contra os ciganos, insistiu, move-se sim contra todas as pessoas que considera páreas da sociedade, em nada contribuindo para a mesma, pelo contrário prejudicando-a.-----

Também o Sr. Rui Barroco pediu a palavra e em resposta ao Sr. Presidente da Junta, lembrando que votou favoravelmente à instalação da rádio em Oiã, perguntou onde estava a rádio. Disse também que Oiã está a ficar mais pobre e que não foi apenas a saída do Banco, mas o pequeno comércio está a fechar portas, parecendo-lhe que o legado que a Junta deixa é de maior pobreza em Oiã, ainda que eventualmente não sendo culpa sua, mas da conjuntura. Sobre a cedência de salas questionou porque razão a Junta não informa a população da existência dos cursos. -----

Não havendo outras intervenções o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para que pudesse, querendo, dar resposta a alguma questão pendente.-----

O Sr. Presidente do Executivo disse compreender as razões porque estavam naquele momento a ser colocadas aquelas questões, muitas delas já mais que debatidas e explicadas e muitas delas que não eram diretamente dirigidas à Junta, pois para além de se estar perto de novas eleições se estava perante uma sala cheia, coisa que nunca aconteceu durante o mandato, onde apenas o Sr. Francisco Alves acompanhava sistematicamente as reuniões, muitas vezes sozinho, talvez como se fosse o único representante da população. Seria no entanto prudente que todos percebessem bem o que ali estava a acontecer e a ser dito, afirmando também que não era mentiroso e que a população sabia disso; disso e dos comentários desinformados, ou mal formados, que se iam fazendo. Em resposta ao Sr. Sérgio Lopes sobre a plataforma dos caixotes do lixo à sua porta disse que a mesma foi construída num dia em que não esteve em Oiã, mas que já a foi ver e já a mandou corrigir. Sobre a colaboração com os Bombeiros disse que no 1º incêndio do ano, junto à sua própria casa, estava no Porto, mas que mal soube do que estava a acontecer veio de imediato, tendo aliás pago uma multa por excesso de velocidade, pois foi informado por volta das 17.30h e antes das 19.00h já estava em casa, a dar de beber e comida aos Bombeiros. Disse

ainda que mantém contacto muito direto com o Sr. Comandante Marcos, que aliás foi seu aluno, e que ele sabe e conhece bem a sua disponibilidade. Disse ter estado nas noites anteriores nos fogos referidos pelo Sr. Sérgio Lopes, e que as máquinas da Junta têm estado ao serviço, tendo mesmo a retroescavadora sofrido um acidente numa intervenção, 15 dias antes, num incêndio no Ribeiro da Palha, obrigando a uma reparação superior a mil euros. Relembrou no entanto que quem deve fornecer as máquinas não é a Junta, mas a Câmara, pois é ela a responsável pela proteção civil, com gabinete próprio e específico para o efeito, sendo que a coordenação nesta matéria deve vir dali. O Gabinete de proteção civil é que orienta os trabalhos e é quem deve pedir a ajuda que entenda ajustada em cada momento, à Junta ou a outras entidades, não é o contrário. Disse ainda saber, pois como disse mantém uma relação estreita com os Bombeiros, que muitas vezes a boa vontade das populações em ajudar os Bombeiros, se não for coordenada, acaba por resultar ao contrário, e isso ele não faria. Tinha uma perfeita articulação com os Bombeiros e estava sempre disponível para ajudar, e essa era a seu ver, para além da articulação com a proteção civil, a melhor forma que tinha para defender a freguesia. Sobre a questão do multibanco disse que tinha essa informação para dar mais à frente na reunião, no ponto dos outros assuntos, porquanto houve desenvolvimentos posteriores à data em que o documento da atividade foi feito, estando pendentes nessa altura. Disse que mal soube do assunto foi de imediato falar com a Sr^a Gestora da Agência, que lhe respondeu nada haver a fazer que pudesse reverter o processo. Disse ter sabido entretanto que havia alguém com origens em Oiã, responsável de nível superior na Administração daquele Banco, de quem tem email a confirmar, depois de inquirido, da irreversibilidade da decisão. Terminada essa hipótese que levou algum tempo, disse, foi falar com a Caixa de Crédito Agrícola de Oliveira do Bairro, procurando junto daquela instituição uma solução que pudesse minorizar o problema. Encontrou ali total disponibilidade para a instalação de uma caixa multibanco em Oiã, em local a estudar, tendo sido aventadas três hipóteses de localização, uma pertença da Junta, outra da Câmara e uma terceira da Igreja. Foram feitas visitas aos locais e o assunto foi encaminhado para empresa especializada para fazer o necessário estudo de implantação, legalmente obrigatório desde há cerca de 3 meses, ao que lhe foi dito. Tal poderá levar algum tempo, disse ainda. Mais disse, quer quanto àquele caso quer também quanto ao caso dos incêndios, que não é porque não anda sistematicamente a badalar o que faz, que não faça. Outros haverá que aparecem sempre em tudo o que é meios de comunicação local, mas que na prática pouco, ou nada, fazem. Ele faz, afirmou, muitas vezes mesmo mais do que são as suas obrigações. Continuou lembrando o Sr. Sérgio Lopes sobre o caso multibanco da CGD o qual apenas ficou a funcionar duas ou três semanas após a saída do Banco. Sobre a utilização das bolsas de estudo e da ajuda para nos medicamentos disse ninguém se ter apresentado nas condições dos respetivos regulamentos. Já sobre as verbas gastas nas outras atividades disse que tal iria constar nas devidas prestações de

contas, que a seu tempo seriam apresentadas, e mais disse que sabia muito bem quanto era, garantindo serem de valor muito inferior ao valor do vencimento a que tinha direito e não recebia, deixando-o a favor da Freguesia. Por outro lado e relativamente ao terreno da Silveira disse lamentar o que lhe está a ser dito, pois nessas condições algo não está a bater certo, no sentido em que ou o Sr. Sérgio Lopes e o anterior executivo faltaram á verdade, ou quem estaria a faltar à verdade seria o Sr. Presidente da Câmara. O certo, disse, é que ele estava ali a falar verdade, tendo feito fé na palavra do Sr. Presidente da Câmara, até porque não tinha forma de demonstrar o contrário, agradecendo ao Sr. Sérgio Lopes o facto de ter também feito fé nas suas palavras. Continuou dizendo sobre a proposta apresentada pelo Sr. Sérgio Lopes, que está bem consciente das decisões apresentadas na referida assembleia de 2008 quanto ao destino a dar ao dinheiro, que naturalmente respeitaria, como é bom de ver, com a construção da piscina no parque da Seara. Sobre as referências do Sr. Amílcar Pereira a respeito do projeto de ligação daquele espaço ao centro da Vila, disse ser seu entendimento que o Presidente da Junta deve conhecer primeiro o projeto, e que depois de esclarecidas as principais questões, deverá o mesmo ser levado ao conhecimento da Assembleia de Freguesia e colocado em consulta pública, muito embora se saiba que poderá nunca agradar a todos, e que se for para agradar a todos jamais será concretizado. Sobre o caso da rádio disse que a sua sede já é em Oiã e que já foram feitos os testes de feixe entre a sede e a antena transmissora, situada na zona do Caramulo. Disse já terem sido também feitos os projetos de especialidade para a intervenção no espaço, estando todo o processo na ANACOM para parecer e autorização finais. Mais disse, de acordo com a informação que lhe foi prestada pelo Sr. Nuno, que o projeto vai além de uma rádio, contemplando mesmo uma televisão. Terminou a sua intervenção pedindo desculpa por se ter alongado na sua explicação, que disse necessária de maneira a que a população fique a saber, diretamente e com verdade, o que anda a ser feito pela Junta, de forma esclarecedora, e apelando a todos para que sempre que tenham dúvidas venham esclarecê-las na Junta. -----

Dando continuidade aos trabalhos o Sr. Presidente da Mesa avançou para a ordem do dia mas foi interrompido pelo Sr. Sérgio Lopes que pretendeu de novo intervir. O Sr. Presidente da Assembleia disse que lhe parecia que os assuntos já tinham sido mais que debatidos e esclarecidos, mas por insistência do Sr. Sérgio Lopes, deu-lhe mais dois minutos para intervir. Nesse contexto o Sr. Sérgio Lopes disse, quanto à rádio, que pudera que a sede da rádio já não estivesse em Oiã, pois se antes era na casa do seu dono, que agora tinha ali uma sede, de graça, por vinte anos. Nesse momento o Sr. Presidente da Mesa interrompeu o Sr. Sérgio Lopes alertando-o para que não poderia estar ali a fazer campanha, como estava a fazer, porquanto estava a faltar à verdade sobre o assunto, como era sabido e constava das atas da Assembleia onde o tema foi discutido. O Sr. Sérgio Lopes continuou, registando que o Sr. Presidente da Junta não pretendeu fornecer os valores que solicitou e insistindo sobre a questão do terreno na

Silveira disse que, não sendo competência da Mesa da Assembleia seria com certeza competência do Executivo e desafiou o candidato ganhador das próximas eleições, estando todos ali presentes, a apresentar ali o assunto nos termos da proposta que inicialmente fez. -----

De modo a encerrar o assunto, o Sr. Presidente da Assembleia deu de novo a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que, se assim entendesse, respondesse de forma rápida e concisa às últimas questões colocadas pelo Sr. Sérgio Lopes, tendo o Sr. Presidente da Junta dito sobre a questão do terreno da Silveira, que estavam na sala três candidatos a Presidente de Junta e que, para além do que ele próprio já disse, aquele que viesse a ganhar as eleições fizesse o que entendesse. Sobre a questão dos custos da rádio disse que o assunto foi cabalmente discutido na Assembleia, onde ficou provado que havia custos diretos a assumir pela rádio, que eram até ali custos assumidos pela Junta, para além de toda uma série de benefícios para a Freguesia e para as suas associações, também valorados, como publicidade gratuita e outras situações contempladas no contrato, não sendo portanto verdade tratar-se de uma cedência gratuita. Tudo isto foi assim, disse, como também o Sr. Sérgio Lopes e a bancada do PSD votaram contra, mas a proposta foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PS e do CDS.-----

De novo o Sr. Presidente da Assembleia reiniciou o período da ordem do dia, avançando para o seu ponto nº1, relativo à informação dos apoios ordinários às associações da Freguesia, tendo passado a palavra ao Sr. Presidente da Junta para a sua apresentação. -----

O Sr. Presidente da Junta disse que distribuiu os apoios de acordo com o mapa a todas as associações que apresentaram os planos de atividades, relatórios e respetivas atas de aprovação, estando 12 Associações nessas condições e estando os valores já transferidos para todas. -----

De seguida o Sr. Presidente da Mesa avançou para o ponto nº2 da ordem do dia, relativo a outros assuntos de interesse da Freguesia, questionando a Assembleia e o Executivo sobre se alguém pretendia participar, tendo o Sr. Presidente da Junta solicitado a palavra e, referindo-se a situações ocorridas na última semana, disse que a Câmara Municipal iria colocar mais alguns postes de iluminação no Parque das Cales, a seu pedido, bem como também iria proceder à pintura de passadeiras em frente ao centro Social de Oiã, que estão a fazer falta e que lhe foram prometidas executar pela Câmara Municipal. Mais adiantou que na semana seguinte iria finalmente fazer a escritura de mais onze terrenos, propriedade da Junta mas até ali nunca registados, pelos quais iria pagar de emolumentos cerca de 2.800€, alguns vindos ainda do tempo do Sr. Ventura, outros do Sr. Armando Silva e outros ainda do Sr. Dinis Bartolomeu, ficando assim e finalmente, a grande maioria dos terrenos da Junta registados em seu nome. ----

O Sr. Presidente da Mesa deu início ao período de intervenção aberto ao público, tendo o Sr. Fernando Silva solicitado a palavra e, no seu uso, após cumprimentar os presentes, disse que na sua Rua, Rua Comissão de Melhoramentos, existem algumas situações que carecem de intervenção, sendo elas a calçada, toda destruída por efeito de obras particulares realizadas no

nº12, pelo seu dono, bem como na frente do acampamento de ciganos, em que se verifica escorrência de águas sujas para a via, sem nunca tendo visto por ali ninguém da Junta a fiscalizar. Mais disse ainda que nesse local e ao lado do acampamento dos ciganos existe um terreno, que julga ser da Junta, que está completamente abandonado e sujo e que pretende ver limpo. Também disse que os passeios nessa mesma zona nunca mais foram acabados, dando mau aspeto ao local. -----

Em resposta o Sr. Presidente da Assembleia disse que todos os assuntos apresentados pelo Sr. Fernando Silva estavam bem apresentados ali, e que seriam seguramente reencaminhados para o sítio devido, pois eram todos de direta responsabilidade da Câmara Municipal, desde os passeios aos esgotos, passando pelo terreno que é mesmo de propriedade da Câmara. -----

O Sr. Presidente do Executivo pediu para acrescentar alguma informação e disse que iria confirmar a pertença do terreno referido e que iria verificar “in loco” com o Sr. Fernando Silva, se a isso ele estivesse disposto, as situações descritas, muito embora como já tinha sido dito a responsabilidade fosse da Câmara. Disse no entanto e para clarificar não ser verdade a Junta não intervir naquele arruamento, pois já interveio, várias vezes, a última das quais exatamente na calçada frente à casa da Srª Dina Lázaro como pode ser verificado e apesar de ser responsabilidade da Câmara. -----

Tratando-se da última Assembleia do mandato, o Sr. Presidente da Mesa permitiu extraordinariamente nova intervenção desta, para quem pretendesse deixar algumas palavras finais, tendo nesse sentido o Sr. Sérgio Lopes dito que, sendo a última vez em que participaria naquelas Assembleias, pois iria interromper a sua atividade política depois de 12 anos de participação ativa, apenas desejaria saúde a todos, por ser o bem mais precioso que se pode ter, e afirmando que iria andar por aí. Também o Sr. Rui Barroco pretendeu participar dizendo que para além das críticas sobre o que foi feito e não feito, pretendia terminar agradecendo ao Executivo tudo o que foi bem feito, que foi também muito. O Sr. Carlos Areias também participou dizendo, depois de cumprimentar todos os presentes, que se congratulava por tão extensa presença de público naquela Assembleia, talvez a maior de que se recorda, andando nestas lides há bastante tempo, lamentando em que tenha exatamente sido numa Assembleia em que se trataram de assuntos, na sua grande maioria, correspondentes a responsabilidades da Câmara Municipal, podendo as pessoas que ali estão pela primeira vez ficar com uma ideia errada relativamente ao funcionamento daquela Assembleia. Apelou ainda à continuidade da vinda dos presentes e a uma sua maior participação, a bem de todos. Também o Sr. Amílcar Pereira pediu a palavra e disse que aquela seria talvez a sua última participação numa Assembleia de Freguesia enquanto seu membro, mas que nunca abdicaria da sua participação enquanto público, pelo que aproveitava a ocasião para se despedir, deixando uma sugestão, presente que se encontravam ali todos os candidatos às próximas eleições, para que quem

ganhasse organizasse uma sessão de formação para que os novos elementos da Assembleia ficassem a conhecer quais as suas funções e a responsabilidade de uma Assembleia de Freguesia. Também o Sr. Alexandre Oliveira pretendeu participar e depois de cumprimentar todos os presentes disse que os assuntos ali a tratar devem ser todos os assuntos de interesse da Freguesia. -----

Não havendo outras manifestações de vontade em participar, o Sr. Presidente da Assembleia começou por agradecer a presença de todos e lembrou, em jeito de balanço, que foi naquele mandato que finalmente foi criado um site oficial para a Junta de Freguesia, com domínio registado, no qual constam, de forma pública e acesso facilitado, e no que à Assembleia e ao exercício das suas funções importa, todas as atas aprovadas pela Assembleia, a composição da própria Assembleia e os seus contactos institucionais, bem como os contactos institucionais de todos os seus membros, para além da prestação de contas do Executivo ali aprovadas. Mais lembrou que foi também naquele mandato, muito embora com muita resistência inicial por parte da bancada do PSD, que se atualizou e agilizou a forma de comunicação e de tramitação documental entre os elementos da Assembleia de Freguesia, quer por via da criação de contas institucionais de mail, quer pela criação, no site da Junta, de espaço de acesso controlado e reservado para partilha documental, colocando assim aquele órgão a trabalhar de forma atual e moderna. Agradeceu a forma elevada com que sempre os Senhores elementos da Assembleia procuraram participar, sabendo em cada instante discutir os diversos assuntos mesmo em face de opiniões diversas, demonstrando quase sempre uma forte preparação prévia, o que permitiu a realização da maioria das Assembleias em tempos curtos, porque de participação concisa, mas sempre cumprindo com a Convocatória e de acordo com as obrigações legais e as assumidas eleitoralmente junto dos fregueses. Mais agradeceu ainda ao Executivo a forma como sempre preparou e lhe entregou a necessária documentação e informação a levar à Assembleia, sempre concreta e atempada. Agradeceu ainda aos colegas de mesa todo o trabalho por eles desenvolvido e a sua coadjuvação na orientação dos trabalhos. Disse ainda que estava obrigado a fazer uma referência especial, já feita por outras pessoas naquela Assembleia, ao membro do público que apelidou de residente, o Sr. Francisco Alves, pois que se recordasse apenas faltou a duas Assembleias, estando mesmo mais presente que vários outros elementos da Assembleia. Agradeceu muito a sua presença e intervenções, dizendo ser um exemplo, naquele contexto, de cidadania proactiva. Disse ser consabido ser seu sogro, mas que se não fizesse as referências que fez por tal razão, estaria a ser injusto. Lembrou ainda que se estava a iniciar uma época eleitoral e que todos, mas sobretudo os candidatos, alguns dos quais ali presentes, tinham obrigações de fazer uma campanha elevada, a favor da democracia e da Freguesia de Oiã. Finalizou fazendo um convite aos Senhores Membros da Assembleia de Freguesia de Oiã para

um pequeno convívio final, a realizar-se de seguida no bar do Edifício, após o que se despediu de todos. -----

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente Mesa deu por encerrada a sessão, da qual foi elaborada a presente ata, aprovada em minuta na reunião em curso, com a concordância de todos os elementos da assembleia presentes, sendo assim assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Mesa _____

O Primeiro Secretario _____

O Segundo Secretário _____